



O gráfico mostra as diferenças de PIB (P) e Dívida (D) Externa nas alternativas A-I, onde existe a preocupação de pagar, e A-5, não existe.

“O Brasil poderá pagar a dívida após o ano 2000”

Laura Fonseca

É perfeitamente possível se chegar ao pagamento integral da dívida externa brasileira logo depois do ano 2.000, sem submeter o País aos rigores da recessão econômica, desde que os banqueiros internacionais estejam dispostos a continuar emprestando dólares para rolar a dívida e manter uma folga de dinheiro novo para o Brasil crescer. Esta é a conclusão da tese de mestrado do economista Reynaldo de Souza Motta, assessor do Banco Central, ao elaborar um complicado modelo matemático provando que o pagamento dos US\$ 100 bilhões é factível.

Segundo Reynaldo, a tese se baseia em algumas premissas básicas, como a necessidade do País crescer pelo menos 1,5 por cento em consumo per-capita, uma vez que não adianta pagar a dívida e matar de recessão e fome a maior parte dos brasileiros. “Ao lado do crescimento contínuo do PIB, o modelo prevê condições de poupança interna e produtividade iguais às taxas históricas da década dos 70 porque não se pode supor que, de repente, para se pagar a dívida externa, a sociedade brasileira vai começar a colocar todo o seu dinheiro disponível na poupança ou o Governo e as empresas vão investir somente nas atividades de grande lucro, parando de jogar dinheiro pela janela, como sempre acontece por parte do dinheiro investido. Em suma, o modelo considera os números de um Brasil real”, diz ele.

A grande condicionalidade do modelo, explica Reynaldo Motta, é a necessidade de se tomar crescentes quantidades de dólares até os anos entre 1993 e 1995, onde se atinge o pico das necessidades de empréstimos. Somente nesta altura a dívida externa passará a ser efetivamente saldada, alcançando o ano 2.001 com empréstimos zero. Alguns anos após, com amortizações oriundas da própria poupança interna e crescimento econômico, o restante da dívida poderá ser saldada. Ele admite que, dada a escassez de recursos no mercado financeiro internacional, talvez seja difícil ao Governo brasileiro conseguir os montantes maciços necessários.

Segundo o economista, a pior solução é a que vem sendo adotada nos últimos dois anos, carrear recursos estritamente calculados para financiar o rolamento da dívida, sem uma folga que permita ao País crescer. “Imerso em recessão econômica, o Brasil está empobrecendo e a cada dia que passa, mais pobre, ele se torna menos apto a pagar sua dívida externa. Além disso, a recessão traz consigo perigos sociais como desemprego e insatisfação popular, podendo gerar problemas de instabilidade político-institucional de grande magnitude, hipótese que não interessa a ninguém — nem banqueiros, nem Governo, nem à própria sociedade brasileira.

Segundo o modelo montado, a necessidade de empréstimos vultosos por mais 12 a 14 anos (a tese é de 1981) advém do fato do Brasil precisar de dinheiro não somente para financiar seu crescimento econômico — a poupança interna ainda é insuficiente — bem como de recursos para ajustar-se a uma realidade internacional de altos preços de energia e de juros internacionais, os motivos que ajudaram a explodir os montantes da dívida externa do País — os dois choques de petróleo e a alta de juros.

Mesmo com todas estas explicações, os números assustam. O modelo admite muitas variações de acordo com premissas de crescimento econômico, taxas de juros internacionais, nível de poupança interna. Tomemos a alternativa A-1, que Reynaldo considera “pessimista”. Segundo a tabela

organizada pelos computadores, o Brasil entraria em 1984 com uma dívida de US\$ 100 bilhões, precisando de empréstimos no valor de Cr\$ 21 bilhões para pagar 9 de juros e 10 em amortizações, sobrando cerca de US\$ 2 bilhões para crescer. A poupança interna foi calculada em 18,5 por cento, taxa histórica dos anos 70. A medida que os anos avançam, os empréstimos necessários crescem vertiginosamente, o mesmo acontecendo com o montante da dívida. No pico do programa, em 1995, a dívida brasileira atingiria 254 bilhões de dólares, com o País precisando de US\$ 56 bilhões em empréstimos. A partir deste ano a dívida começa a diminuir, bem como os montantes anuais necessários. Em 2.001, último ano de previsão do modelo, os empréstimos seriam zero e a dívida já teria baixado para US\$ 114 bilhões. Como neste ano as amortizações serão da ordem de US\$ 45 bilhões, Reynaldo explica que a economia do País já terá, neste ano, adquirido condições de autonomia e crescimento para liquidar com o restante da dívida em poucos anos.

Se estes montantes podem ser considerados altos, outra alternativa estudada no modelo, em que não se adotou a premissa de empréstimos zero, a partir de do ano 2.001, mostra números verdadeiramente estratosféricos. Na alternativa A-5, por exemplo, o País chegaria no ano 2.001 devendo US\$ 474 bilhões precisando de US\$ 125 bilhões naquele ano para fazer face ao rolamento da dívida e manutenção da mesma taxa de crescimento da alternativa A-1. Segundo Reynaldo Motta, a comparação de números entre as diferentes tabelas de seu trabalho mostra, claramente, que, com a atual situação internacional, não é vantagem pedir mais empréstimos do que os necessários para rolar a dívida, ou seja, quanto mais cedo se puder basear o crescimento do País em recursos próprios, mais vantajosa será a estratégia econômica do País. As diferenças do PIB e consumo per-capita são mínimas entre as alternativas A-1 e A-5, demonstrando claramente que o aporte de dinheiro internacional traz tantas obrigações e dispêndios financeiros que não mais vale a pena tomar emprestado para crescer.

Entre as recomendações que o economista incluiu nas conclusões de seu trabalho, ele considerou como importantes para uma boa estratégia econômica do País, aumentar as exportações limitando as importações para gerar saldos comerciais, promover substituições de importações, principalmente no setor energético, aumentar a taxa de poupança interna, evitar todos os esforços para melhorar a produtividade do capital e do trabalho na economia brasileira, bem como promover a redução da natalidade para diminuir as taxas de crescimento populacional no País.

Em seu trabalho, o economista evita entrar na polémica política sobre o acerto ou erro da opção, tomada nas décadas anteriores, de basear o crescimento do País em empréstimos externos. “A estratégia passada não interessa mais, não se pode refazer o que já foi feito. Meu trabalho se preocupou com a estratégia futura, aquilutando as melhores condições de agir no futuro. Pela comparação das tabelas, fica bem claro que teremos que continuar pedindo grandes somas emprestadas pelo menos até o ano 1995, quando os montantes começarão a descer. Não existe outra alternativa para continuar crescendo e, se os banqueiros internacionais não concordarem em emprestar, a solução terá que ser negociada politicamente pelo governo brasileiro”.